

**(DADOS PARA A)**  
**HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE**  
Perpétua Gonçalves

1 - Moçambique está entre os países onde o Português tem o estatuto de língua oficial, sendo falada essencialmente como língua segunda (L2) por uma pequena parte da sua população. De acordo com dados do Censo de 1980, no conjunto das línguas faladas em Moçambique - num total aproximado de vinte línguas, maioritariamente do grupo bantu - era falado por cerca 25% da população, e constituía a língua materna de pouco mais de 1% dos seus locutores. Actualmente, devido ao prestígio associado a esta língua, esta situação alterou-se consideravelmente, e os dados do Censo de 1997 indicam que a percentagem actual de falantes de Português é já de 39,6%. Contribuíram certamente para este aumento o facto de o conhecimento desta língua constituir uma base indispensável à obtenção de benefícios sociais e económicos, o que faz com que, a nível urbano, esteja em curso um processo intenso de mudança de língua ('language shift') em direcção ao Português.

2 - A chegada dos primeiros portugueses a Moçambique data de finais do século XV: 1498 é o ano da chegada de Vasco da Gama a Moçambique, podendo dizer-se que, a partir desta data, estão lançadas as bases histórico-sociais para o uso do Português nesta região do globo. Contudo, a forma como foi conduzido o processo de colonização pela potência colonial teve como principal consequência que só no início do século XX esta língua se torna um efectivo meio de comunicação para algumas camadas da população moçambicana.

De acordo com Valkoff (1966), o Português começou a tornar-se uma língua franca na costa ocidental de África na segunda metade do século XV, e, no século XVII, estava no seu auge na chamada "Colónia do Cabo" (África do Sul). No século XVIII, começa a dar gradualmente lugar a outras línguas, tornando-se uma "língua moribunda" nesta região no século XIX. No que diz mais particularmente respeito a Moçambique, Newitt (1998) refere que durante os séculos XVI e XVII, a presença portuguesa se fez sentir no litoral de Moçambique, assim como ao longo do vale do Zambeze, em Sofala e Tete, sobretudo através da actividade comercial, o principal motor dos contactos estabelecidos entre os portugueses e a população local. Embora não se disponha de informação documentada sobre o papel que o Português desempenhava neste intercâmbio, sabe-se que a presença portuguesa trouxe poucas mudanças fundamentais na estrutura económica e social local (Newitt, 1998), sendo pois pouco provável que tenham chegado a surgir nesta época focos importantes de uso desta língua. Um argumento adicional em favor desta hipótese é a resistência cultural que as populações locais oferecerem à penetração portuguesa. De acordo com Ferreira (1977), a penetração dos portugueses em Moçambique foi muito mais difícil do que em Angola, visto que o islamismo já tinha ali estabelecido raízes profundas. Este autor refere que "Vasco da Gama falava de um povo com uma cultura muito mais avançada que a portuguesa" e menciona a existência de "uma elite local, principalmente swahili, que vivia em cidades administradas por árabes que tinham divulgado a sua cultura e religião" (p. 55). Da parte da potência colonial, por seu lado, durante vários séculos muito mais voltada para o Brasil do que para a África, existem poucas iniciativas que promovam o desenvolvimento deste território. Note-

se que só a partir de meados do século XVIII (1752) é que a administração de Moçambique passa a depender directamente de Portugal (e não da Índia), e só nos finais do século XIX (1886) têm início as campanhas militares ditas de “pacificação”, através das quais Portugal pretende assegurar a sua presença neste território. A nível da educação formal, a documentação disponível revela que, neste mesmo período (1890), havia uma única escola primária em todo o país.

A ocupação sistemática de Moçambique pelos portugueses está concluída em 1918, data que assinala o fim das campanhas militares, e é nesta primeira metade do século XX que começam a ser tomadas medidas de relevo para o desenvolvimento de bases sociais que podem garantir a difusão do Português em todo o país. Assim, em 1930, através do “Acto Colonial”, é criada a legislação que regula a relação de Portugal com as suas colónias, e é também neste ano que é criado o ensino indígena, através do qual a potência colonial procura assegurar que as populações locais tenham acesso à instrução formal em Português. Vale a pena assinalar que é ainda nesta primeira metade do século XX que surgem os primeiros jornais literários em língua portuguesa - nomeadamente *O Africano* e *O Brado Africano* - que assinalam a existência de uma elite moçambicana local produtora de um discurso culto em Português. É a partir deste período que se desenvolvem os centros urbanos no sul do país, e que se inicia a colonização massiva do território: em 1950 chegam a Moçambique 50.000 colonos, e há notícia de que em 1960 chegaram mais 90.000. Estes podem ser considerados factores que favoreceram a difusão da língua portuguesa neste país.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo regime português nos últimos anos do domínio colonial no sentido de consolidar a sua presença em Moçambique, na altura da independência, em 1975, o Português, era essencialmente, conforme foi aqui referido, uma língua urbana, falada como L2 por uma pequena parte da sua população. A partir desta data, verifica-se uma forte expansão da comunidade de falantes desta língua, quer devido ao alargamento do seu uso a contextos não formais (como mercados ou restaurantes), quer devido à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70. No que se refere à área educacional, os dados estatísticos disponíveis revelam que, imediatamente a seguir à independência, duplicou o número de alunos inscritos no ensino primário, passando de 650 mil para um milhão e trezentos mil.

3 - Este é o contexto histórico-social em que se formou a actual comunidade de falantes de Português em Moçambique, e, conseqüentemente, o contexto em que surgiu a variedade moçambicana desta língua. A história interna deste “Novo” Português, e mais particularmente a caracterização dos fenómenos ocorridos nos primeiros tempos de formação desta variedade, não foram ainda objecto de estudo sistemático. Algumas pesquisas exploratórias sobre o Português usado no início deste século (1911-30) revelam, por exemplo, a existência de diversos neologismos de origem bantu: alguns desses empréstimos sobreviveram até hoje (exemplos: *milando* (‘confusão’), *lobolo* (‘tributo pago pelo noivo aos pais da noiva’), *mulungo* (‘branco’)), mas outros parecem ter caído completamente em desuso (exemplos: *tinemba* (‘polícias’), *murini* (‘agricultor’)).

Os estudos mais consistentes sobre a variedade moçambicana do Português, que tomam como base empírica o discurso oral e escrito produzido a partir do final dos anos 70, apontam já para algumas tendências estáveis de mudança relativamente ao modelo original, o Português europeu.

Sendo este uma língua vinda do exterior, falado pelas populações locais como língua não materna, é predizível que as mudanças mais importantes se situem a nível da fonética-fonologia e sintaxe, e não tanto do léxico e da morfologia (cf. Gonçalves & Siteo, 1998). Com efeito, a incorporação de novo vocabulário está praticamente reduzida a realidades para as quais a língua portuguesa não tem palavras (como a fauna e a flora locais, ou áreas culturais marcadamente moçambicanas). Quanto às inovações morfológicas (como, por exemplo, o enfraquecimento da morfologia flexional nominal e verbal), verifica-se que estas são produzidas por falantes pouco escolarizados ou, nos casos em que apresentam uma distribuição social mais ampla, dizem respeito a fenómenos muito específicos (como, por exemplo, a perda do pronome pessoal acusativo ou a simplificação do paradigma do imperativo relativamente à 2ª pessoa do singular).

No que diz respeito às áreas da gramática do Português onde se registam mudanças mais sistemáticas, e no que se refere mais particularmente ao nível fonético-fonológico, é notória a tendência a fixar a estrutura consoante-vogal, fenómeno que desencadeia vários efeitos “visíveis”, como a não redução de vogais átonas ou a inserção de vogais entre grupos consonânticos (ex: *ritmo* [rit̃mu]). A nível da sintaxe, sobressaem as alterações na regência de complementos de algumas classes verbais (sobretudo verbos agentivos e locativos, e verbos superiores de orações completivas), as mudanças no padrão de ordem dos pronomes pessoais átonos, e o estabelecimento de novos mecanismos de encaixe das orações subordinadas.

Como é natural, o conjunto destas alterações não é produzido regularmente por todos os falantes. Conforme tem sido apontado para outras variedades de línguas ex-coloniais, as especificidades do Português moçambicano só são captadas mais adequadamente se se admitir a existência de um *continuum* polilectal, ao longo do qual se distribuem com maior ou menor frequência os diversos traços gramaticais acima apontados: este *continuum* é composto por diversas sub-variedades que oscilam entre um extremo muito próximo do padrão europeu, e um extremo “basilectal”, onde são mais frequentes e sistemáticos traços linguísticos específicos da variedade moçambicana

Perpétua Gonçalves  
Maputo, Janeiro/2000

## REFERÊNCIAS

- FERREIRA, E. (1977). *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- GONÇALVES, P. & SITEO, B. (1998). Mudança linguística em situação de contacto de línguas: o caso do Changana e do Português. Comunicação apresentada no *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (Maputo, 1-5/9/98).
- NEWITT, M. (1998). O impacto dos portugueses no comércio, política e estruturas de parentesco da África Oriental no século XVI. *Oceanos*, 34:63-72.
- VALKOFF, M. (1966). *Studies in Portuguese and Creole*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.